

Delio Bernadino Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2021 e de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Delio Bernadino Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delio Bernadino Holding S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 identificadas como controladora e consolidado e demonstrações financeiras individuais em 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e demonstrações financeiras individuais em 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Saldos comparativos de 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por quaisquer outros auditores independentes.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

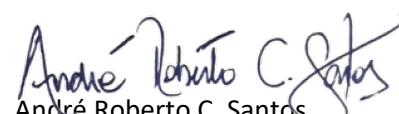
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


André Roberto C. Santos
Contador
CRC nº 1 SP 267883/O-0

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora			Consolidado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	Controladora			Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021
				(não auditado)					(não auditado)		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.000	1.000	1.000	1.000	Contas a pagar	6	34.161	-	8.244	34.161
Total dos ativos circulantes		1.000	1.000	1.000	1.000	Impostos e contribuições a recolher	7	5.587	-	-	5.587
						Contas a pagar com partes relacionadas	4	206.641	186	-	206.641
NÃO CIRCULANTE						Total dos passivos circulantes		246.389	186	8.244	246.389
Imobilizado	5	243.900	-	-	243.900						
Total dos ativos não circulantes		243.900	-	-	243.900	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	8	1.000	1.000	1.000	1.000
						Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	14.811	14.811	-	14.811
						Prejuízos acumulados		(17.300)	(14.997)	(8.244)	(17.300)
						Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(1.489)	814	(7.244)	(1.489)
TOTAL DOS ATIVOS		244.900	1.000	1.000	244.900	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		244.900	1.000	1.000	244.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021
DESPEAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	9	(2.183)	(6.753)	(8.244)	
			(8.244)	(2.183)	
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(2.183)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(8.244)</u>	
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	10	(120)	-	-	
		(120)	-	-	
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.303)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(8.244)</u>	
Prejuízo do exercício		<u>(2.303)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(8.244)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021
Prejuízo do exercício	<u>(2.303)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(8.244)</u>	<u>(2.303)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u><u>(2.303)</u></u>	<u><u>(6.753)</u></u>	<u><u>(8.244)</u></u>	<u><u>(2.303)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (não auditado)	1.000	-	-	1.000
Prejuízo do exercício	-	-	(8.244)	(8.244)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (não auditado)	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>(8.244)</u>	<u>(7.244)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.811	-	14.811
Prejuízo do exercício	-	-	(6.753)	(6.753)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(14.997)</u>	<u>814</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(2.303)	(2.303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(17.300)</u>	<u>(1.489)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(2.303)	(6.753)	(8.244)	(2.303)
Variação nos ativo e passivos operacionais:					
Contas a pagar		34.161	-	-	34.161
Impostos e contribuições a recolher		5.587	(8.244)	8.244	5.587
Caixa líquido aplicados nas (gerado pelas) atividades operacionais		<u>37.445</u>	<u>(14.997)</u>	<u>-</u>	<u>37.445</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	5	<u>(243.900)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(243.900)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(243.900)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(243.900)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	14.811	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		<u>206.455</u>	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>206.455</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>206.455</u>	<u>14.997</u>	<u>-</u>	<u>206.455</u>
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.000	1.000	1.000	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	1.000	1.000	1.000	1.000
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUIAS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Delio Bernardino Holding S.A. (“Delio” ou “Companhia”) é uma holding de instituições não financeiras constituída em 22 de janeiro de 2019 com sede na Rodovia BR-122, S/N, Algodões, Janaúba - MG, tendo como objetivo social a geração de energia elétrica. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, holding de instituições não financeiras e locação de equipamentos.

A companhia está em fase pré-operacional e a data prevista para o início das operações comerciais do Projeto Janaúba (Central Geradora Fotovoltaica) é dezembro de 2026.

1.1. Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Delio Bernardino Holding S.A. e de suas controladas:

<u>Controladas</u>	<u>Participação</u> <u>31/12/2021</u>
Delio Geradora de Energia 1 - “Delio 1”	100%
Delio Geradora de Energia 2 - “Delio 2”	100%

As entidades controladas foram constituídas no ano de 2021 sendo assim a empresa passou a ter demonstração financeira consolidada em 2021. Apesar da constituição das entidades acima, não houve integralização de capital tão pouco quaisquer transações, por esse motivo não temos saldo de investimento a ser divulgado.

As entidades controladas têm como principal objeto social as atividades mencionadas no contexto operacional da nota explicativa nº 1.

1.2. Estrutura de capital e capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$245.389 na controladora e no consolidado; em 2020 apresenta capital circulante positivo de R\$814 na controladora e; em 2019 apresenta capital circulante negativo de R\$7.244 na controladora. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta prejuízo de R\$2.303 na controladora e no consolidado; em 2020 apresenta prejuízo de 6.753 na controladora e; em 2019 apresenta prejuízo de R\$8.244 na controladora, bem como apresenta patrimônio líquido negativo na controladora e no consolidado de R\$1.489 em 2021, patrimônio líquido positivo de R\$814 em 2020 na controladora e patrimônio líquido negativo de R\$7.244 em 2019 na controladora.

A Companhia recebeu em 2022 o empréstimo de R\$1.313.068 de suas partes relacionadas, ATKL Brasileira K/S, NMF Brazil K/S e PDLP Brasilien K/S para financiar o projeto Janaúba.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.2. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e a taxa de câmbio vigente nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras, no resultado.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Consolidado”).

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui:

- i) Poder e influência sobre uma investida.
- ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida.

- iii) Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia.

ii) Perda do controle

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Há o desreconhecimento de qualquer participação de não controladores registrado no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados entre empresas controladas pela Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("Impairment") do ativo transferido.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são anualmente analisados pela administração para se identificar evidências de eventual perda no valor de realização. Se necessário, uma provisão para perda é reconhecida. Da mesma forma, se a perda eventual for revertida a provisão é reduzida ou eliminada.

2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

O valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado é revisado anualmente ou em decorrência de eventos e circunstâncias ou mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que representem indicadores de perda de valor. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Delio Holding mantém com as empresas ligadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Delio Holding tem uma obrigação presente, formalizada ou não, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segundo a norma internacional IFRS 9/pronunciamento técnico CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme a norma internacional IFRS 9/pronunciamento técnico CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Sob a norma internacional IFRS 9/pronunciamento técnico CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
 - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
 - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, conforme facultado pela legislação tributária, são calculados e registrados com base no lucro presumido, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

A base de presunção para o lucro possui a alíquota de 32%, sobre a receita bruta e de 100% das receitas financeiras. Para a base de cálculo apurada se aplicam as alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% para montante da receita tributável que exceder o valor de R\$60.000 no trimestre, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não está inserida no contexto da não cumulatividade na apuração do PIS e COFINS.

2.13. Despesas

As despesas são reconhecidas quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência.

2.14. Novas normas e interpretações

Novas normas e alteradas em vigor no exercício corrente

A Companhia avaliou as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 e não identificou impactos materiais:

Norma	Descrição
CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018-2020	Pronunciamentos técnicos CPC 37 (R1) (Alterações à norma internacional IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)	31/12/2021
Bancos - Conta Movimento	1.000	1.000	1.000	1.000
	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicação financeiras diárias com resgate automático do saldo na conta corrente. A remuneração média é de 100% CDI (Certificado de Depósito interbancário) em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sem o risco de mudança significativa do valor e de liquidez imediata.

4. PARTES RELACIONADAS

Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)	31/12/2021
Nena Bernardino	67.758	-	-	67.758
Bosford Participações	138.883	186	-	138.883
	<u>206.641</u>	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>206.641</u>

As empresas do mesmo grupo efetuaram alguns pagamentos em nome da Delio. As datas dos pagamentos não foram acordadas entre as partes, dessa forma, ainda não há uma previsão de quando os valores serão reembolsados para a Nena Bernardino e Bosford Participações e não há incidência de juros.

Remuneração da administração

A sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho a seus administradores.

Não houve gastos com remuneração dos administradores da sociedade em 2021, 2020 e 2019 (não auditado)

5. IMOBILIZADO

A Companhia está em fase de preparação do terreno que será utilizado para a reforma dos parques geradores de energia, que ainda não há previsão para conclusão.

	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>Terrenos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisições	243.900
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>243.900</u>

6. CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (não auditado)	<u>31/12/2021</u>
Contas a pagar (*)	34.161	-	8.244	34.161
	<u>34.161</u>	<u>-</u>	<u>8.244</u>	<u>34.161</u>

(*) refere-se a serviços de mão de obra, serviços contábeis, serviços com consultorias.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (não auditado)	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido a recolher	546	-	-	546
Contribuições retidas a recolher	5.041	-	-	5.041
	<u>5.587</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.587</u>

8. CAPITAL SOCIAL

O Capital social em 31 dezembro de 2021, 2020 e de 2019 (não auditado) é de R\$1.000,00 compostas por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominais subscritas e totalmente integralizadas.

Em 31 dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia possui um saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$14.811,00.

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora			Consolidado
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (não auditado)	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	(391)	(6.109)	(7.890)	(391)
Despesas tributárias	(1.792)	(644)	(354)	(1.792)
	<u>(2.183)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(8.244)</u>	<u>(2.183)</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (não auditado)	<u>31/12/2021</u>
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(120)	-	-	(120)
	<u>(120)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são representados, em 31 de dezembro de 2021, de 2020 e de 2019, pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e contas a pagar com partes relacionadas e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado dado o curto prazo dessas operações.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro, ativo ou passivo, complexo que requeira o uso de modelos para a definição de seu valor.

12. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de agosto de 2024.

Delio Bernadino Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Delio Bernadino Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delio Bernadino Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



André Roberto C. Santos

Contador

CRC nº 1 SP 267883/O-0

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.344.387	1.000	1.344.387	1.000	Contas a pagar	8	-	34.161	-	34.161
Total dos ativos circulantes		1.344.387	1.000	1.344.387	1.000	Impostos e contribuições a recolher	9	2.633	5.587	2.633	5.587
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	5	931	-	931	-	Contas a pagar com partes relacionadas	4	248.265	206.641	253.814	206.641
Imobilizado	7	243.900	243.900	243.900	243.900	Total dos passivos circulantes		250.898	246.389	256.447	246.389
Total dos ativos não circulantes		244.831	243.900	244.831	243.900	Provisão para perdas de investimentos	6	5.549	-	-	-
						Empréstimos estrangeiros					
						Total dos passivos circulantes					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social					
						Adiantamentos para aumento de capital					
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido					
TOTAL DOS ATIVOS		1.589.218	244.900	1.589.218	244.900	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO		1.589.218	244.900	1.589.218	244.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	11	(1.786)	(2.183)	(5.697)	(2.183)
Equivalencia patrimonial	6	(5.549)	-	-	-
		<u>(7.335)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>(5.697)</u>	<u>(2.183)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	12	35.341	-	35.341	-
Despesas financeiras	12	<u>(21.514)</u>	<u>(120)</u>	<u>(23.152)</u>	<u>(120)</u>
		13.827	(120)	12.189	(120)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>6.492</u>	<u>(2.303)</u>	<u>6.492</u>	<u>(2.303)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	(6.162)	-	(6.162)	-
		<u>330</u>	<u>(2.303)</u>	<u>330</u>	<u>(2.303)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>330</u>	<u>(2.303)</u>	<u>330</u>	<u>(2.303)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	330	(2.303)	330	(2.303)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>330</u>	<u>(2.303)</u>	<u>330</u>	<u>(2.303)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.000	14.811	(14.997)	814
Prejuízo do exercício	-	-	(2.303)	(2.303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(17.300)</u>	<u>(1.489)</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	330	330
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(16.970)</u>	<u>(1.159)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		330	(2.303)	330	(2.303)
Imposto de renda e contribuição social	13	6.162	-	6.162	-
Juros incorridos sobre empréstimos com partes relacionadas	4	20.862	-	20.862	-
Equivalencia patrimonial	6	5.549	-	-	-
Variação nos ativo e passivos operacionais:					
Impostos a recuperar		(931)	-	(931)	-
Contas a pagar		(34.161)	34.161	(34.161)	34.161
Impostos e contribuições a recolher		(5.265)	5.587	(5.265)	5.587
Caixa (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais		(7.454)	37.445	(13.003)	37.445
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.851)	-	(3.851)	-
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais		(11.305)	37.445	(16.854)	37.445
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	7	-	(243.900)	-	(243.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(243.900)	-	(243.900)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Contas a pagar partes relacionadas	4	41.624	206.455	47.173	206.455
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	4	1.313.068	-	1.313.068	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		1.354.692	206.455	1.360.241	206.455
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1.343.387	-	1.343.387	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.000	1.000	1.000	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	1.344.387	1.000	1.344.387	1.000
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1.343.387	-	1.343.387	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais - R\$, centavos omitidos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Delio Bernardino Holding S.A. (“Delio” ou “Companhia”) é uma holding de instituições não financeiras constituída em 22 de janeiro de 2019 com sede na Rodovia BR-122, S/N, Algodões, Janaúba - MG, tendo como objetivo social a geração de energia elétrica. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, holding de instituições não financeiras e locação de equipamentos.

A companhia está em fase pré-operacional e a data prevista para o início das operações comerciais do Projeto Janaúba (Central Geradora Fotovoltaica) é dezembro de 2026.

1.1. Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Delio Bernardino Holding S.A. e de suas controladas:

Controladas	Participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Delio Geradora de Energia 1 - “Delio 1”	100%	100%
Delio Geradora de Energia 2 - “Delio 2”	100%	100%

As entidades controladas foram constituídas no ano de 2021 sendo assim a empresa passou a ter demonstração financeira consolidada em 2021. Apesar da constituição das entidades acima, não houve integralização de capital tão pouco quaisquer transações, por esse motivo não temos saldo de investimento a ser divulgado em 31 de dezembro de 2021.

As entidades controladas têm como principal objeto social as atividades mencionadas no contexto operacional da nota explicativa nº 1.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.2. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e a taxa de câmbio vigente nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras, no resultado.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado").

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui:

- i) Poder e influência sobre uma investida.
- ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida.
- iii) Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia.

ii) Perda do controle

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Há o desreconhecimento de qualquer participação de não controladores registrado no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados entre empresas controladas pela Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são anualmente analisados pela administração para se identificar evidências de eventual perda no valor de realização. Se necessário, uma provisão para perda é reconhecida. Da mesma forma, se a perda eventual for revertida a provisão é reduzida ou eliminada.

2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

O valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado é revisado anualmente ou em decorrência de eventos e circunstâncias ou mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que representem indicadores de perda de valor. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Delio mantém com as empresas ligadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Delio tem uma obrigação presente, formalizada ou não, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme a IFRS 9/CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Sob o IFRS 9/CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
 - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
 - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, conforme facultado pela legislação tributária, são calculados e registrados com base no lucro presumido, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

A base de presunção para o lucro possui a alíquota de 32%, sobre a receita bruta e de 100% das receitas financeiras. Para a base de cálculo apurada se aplicam as alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% para montante da receita tributável que exceder o valor de R\$60.000 no trimestre, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não está inserida no contexto da não cumulatividade na apuração do PIS e COFINS.

2.13. Despesas

As despesas são reconhecidas quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência.

2.14. Novas normas e interpretações

Novas normas e alteradas em vigor no exercício corrente

A Companhia avaliou as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e não identificou impactos materiais:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e divulgação de políticas contábeis
Alterações ao CPC 15 (R1)	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 27	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações ao CPC 25	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis
Alterações ao CPC 50	Contratos de Seguros
Alterações à CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	502.556	1.000
Aplicações financeiras	<u>841.831</u>	-
	<u><u>1.344.387</u></u>	<u><u>1.000</u></u>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicação financeiras diárias com resgate automático do saldo na conta corrente. A remuneração média é de 100% do CDI (Certificado de Depósito interbancário) em 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem o risco de mudança significativa do valor e de liquidez imediata.

4. PARTES RELACIONADAS

Empréstimos estrangeiros

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATKL Brasileira K/S	456.471	-
NMF Brazil K/S	420.988	-
PDLP Brasilien K/S	456.471	-
	<u>1.333.930</u>	<u>-</u>

A Companhia possui empréstimos com as entidades acima, obtidos em 06/10/2022, cujo valor deverá ser atualizado periodicamente (juros está atrelado ao índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e deverá ser calculado sobre o valor principal) com prazo de vencimento e m 5 de outubro de 2027. O período de juros compreende um período de 12 meses, no final de cada período de juros, os juros acumulados serão adicionados ao valor principal e iniciado um novo período de juros.

Movimentação dos empréstimos está apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	-	-
Novos empréstimos	1.313.068	-
Juros incorridos	20.862	-
Saldo final	<u>1.333.930</u>	<u>-</u>

Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Nena Bernardino	109.132	67.758	109.132	67.758
Bosford Participações	139.133	138.883	144.682	138.883
	<u>248.265</u>	<u>206.641</u>	<u>253.814</u>	<u>206.641</u>

As Sociedades do mesmo grupo efetuaram alguns pagamentos em nome da Delio. As datas dos pagamentos não foram acordadas entre as partes, dessa forma, ainda não há uma previsão de quando os valores serão reembolsados para a Nena Bernardino e Bosford Participações e não há incidência de juros.

Remuneração da administração

A sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho a seus administradores.

Não houve gastos com remuneração dos administradores da sociedade em 2022 e 2021.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF pago a maior (a)	931	-
	<u>931</u>	<u>-</u>

(a) Valor refere-se a saldos de IRRF retidos sobre rendimentos de aplicação financeira não utilizados ou utilizados parcialmente para compensar os impostos do trimestre. Os valores são referentes aos seguintes períodos: 4º trimestre de 2022.

6. PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

Movimentação dos investimentos:

	<u>31/12/2021</u>	Equivalência patrimonial	<u>31/12/2022</u>
Delio Geradora de Energia 1	-	(3.198)	(3.198)
Delio Geradora de Energia 2	-	(2.351)	(2.351)
	<u>-</u>	<u>(5.549)</u>	<u>(5.549)</u>

Principais informações financeiras das controladas:

<u>Empresa</u>	<u>Participação</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>
Delio Geradora de Energia 1	100%	-	-	(3.198)	(3.198)
Delio Geradora de Energia 2	100%	-	-	(2.351)	(2.351)

7. IMOBILIZADO

A Companhia está em fase de preparação do terreno que será utilizado para a reforma dos parques geradores de energia. Até o momento, a empresa não obteve os alvarás da ANEEL para iniciar o desenvolvimento do projeto.

	Controladora e Consolidado
	<u>Imobilizado em andamento</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisições	243.900
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>243.900</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>243.900</u>

8. CONTAS A PAGAR

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a pagar (*)	-	34.161
	<u>-</u>	<u>34.161</u>

(*) refere-se a serviços de mão de obra, serviços contábeis, serviços com consultorias.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda retido a recolher	-	546
Contribuições retidas a recolher	322	5.041
CSLL a recolher	2.311	-
	<u>2.633</u>	<u>5.587</u>

10. CAPITAL SOCIAL

O Capital social em 31 dezembro de 2022 é de 2021 é de R\$1.000,00 compostas por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominais subscritas e totalmente integralizadas.

31 dezembro de 2022 e de 2021 a companhia possui um saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$14.811,00.

11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	(427)	(391)	(427)	(391)
Despesas tributárias	(1.359)	(1.792)	(5.270)	(1.792)
Total	<u>(1.786)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>(5.697)</u>	<u>(2.183)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	25.675	-	25.675	-
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	9.666	-	9.666	-
Total receitas financeiras	<u>35.341</u>	<u>-</u>	<u>35.341</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(240)	(120)	(1.878)	(120)
Juros e multas	(414)	-	(412)	-
Juros empréstimos	(20.862)	-	(20.862)	-
Total despesas financeiras	<u>(21.514)</u>	<u>(120)</u>	<u>(23.512)</u>	<u>(120)</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de receitas financeiras.

	Controladora e Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ:		
Receitas financeiras	25.675	-
Base de cálculo/presunção - 100%	25.675	-
Imposto de Renda (15%)	<u>3.851</u>	<u>-</u>
CSLL:		
Receitas financeiras	25.675	-
Base de cálculo/presunção	25.675	-
CSLL (9%)	<u>2.311</u>	<u>-</u>
Total da despesa com IRPJ e CSLL	<u>6.162</u>	<u>-</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são representados, em 31 de dezembro de 2022, pelo caixa e equivalentes de caixa, mútuos/empréstimos com partes relacionadas, contas a pagar, e contas a pagar com partes relacionadas, e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado dado o curto prazo dessas operações.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Delio não possui nenhum instrumento financeiro, ativo ou passivo, complexo que requeira o uso de modelos para a definição de seu valor.

15. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de agosto de 2024.

Delio Bernadino Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Delio Bernadino Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delio Bernadino Holding S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

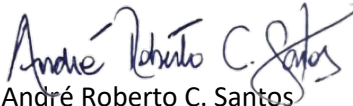
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


André Roberto C. Santos
Contador
CRC nº 1 SP 267883/O-0

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	846.087	1.344.387	846.087	1.344.387	Contas a pagar	8	76.768	-	76.768	-
Contas a receber com partes relacionadas	4	4.411	-	4.411	-	Impostos e contribuições a recolher	9	4.266	2.633	4.266	2.633
Total dos ativos circulantes		<u>850.498</u>	<u>1.344.387</u>	<u>850.498</u>	<u>1.344.387</u>	Contas a pagar com partes relacionadas	4	<u>248.265</u>	<u>248.265</u>	<u>258.226</u>	<u>253.814</u>
						Total dos passivos circulantes		<u>329.299</u>	<u>250.898</u>	<u>339.260</u>	<u>256.447</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	5	1.369	931	1.369	931	Provisão para perdas de investimentos	6	9.961	5.549	-	-
Imobilizado	7	<u>420.187</u>	<u>243.900</u>	<u>420.187</u>	<u>243.900</u>	Empréstimos estrangeiros	4	<u>1.390.154</u>	<u>1.333.930</u>	<u>1.390.154</u>	<u>1.333.930</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>421.556</u>	<u>244.831</u>	<u>421.556</u>	<u>244.831</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>1.400.115</u>	<u>1.339.479</u>	<u>1.390.154</u>	<u>1.333.930</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	10	1.000	1.000	1.000	1.000
						Prejuízos acumulados		(473.171)	(16.970)	(473.171)	(16.970)
						Adiantamentos para aumento de capital	10	<u>14.811</u>	<u>14.811</u>	<u>14.811</u>	<u>14.811</u>
						Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(457.360)</u>	<u>(1.159)</u>	<u>(457.360)</u>	<u>(1.159)</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.272.054</u>	<u>1.589.218</u>	<u>1.272.054</u>	<u>1.589.218</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>1.272.054</u>	<u>1.589.218</u>	<u>1.272.054</u>	<u>1.589.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	11	(475.419)	(1.786)	(478.579)	(5.697)
Equivalência patrimonial	6	(4.412)	(5.549)	-	-
		<u>(479.831)</u>	<u>(7.335)</u>	<u>(478.579)</u>	<u>(5.697)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	12	131.852	35.341	131.852	35.341
Despesas financeiras	12	<u>(85.043)</u>	<u>(21.514)</u>	<u>(86.295)</u>	<u>(23.152)</u>
		46.809	13.827	45.557	12.189
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(433.022)</u>	6.492	<u>(433.022)</u>	6.492
Imposto de renda e contribuição social	13	(23.179)	(6.162)	(23.179)	(6.162)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		<u>(456.201)</u>	<u>330</u>	<u>(456.201)</u>	<u>330</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	<u>(456.201)</u>	<u>330</u>	<u>(456.201)</u>	<u>330</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(456.201)</u>	<u>330</u>	<u>(456.201)</u>	<u>330</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(17.300)</u>	<u>(1.489)</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	330	330
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(16.970)</u>	<u>(1.159)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(456.201)	(456.201)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>1.000</u>	<u>14.811</u>	<u>(473.171)</u>	<u>(457.360)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(456.201)	330
Imposto de renda e contribuição social	13	23.179	6.162
Juros incorridos sobre empréstimos com partes relacionadas	4	56.224	20.862
Equivalência patrimonial	6	4.412	5.549
Variação nos ativo e passivos operacionais:			
Impostos a recuperar		(438)	(931)
Contas a pagar		76.768	(34.161)
Impostos e contribuições a recolher		812	(5.265)
Caixa aplicados nas atividades operacionais		(295.244)	(7.454)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.358)	(3.851)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		(317.602)	(11.305)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Contas a receber com partes relacionadas	4	(4.411)	-
Aquisição de imobilizado	7	(176.287)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(180.698)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contas a pagar partes relacionadas	4	-	41.624
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	4	-	1.313.068
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		-	1.354.692
(REDUÇÃO) AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(498.300)	1.343.387
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	1.344.387	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	846.087	1.344.387
(REDUÇÃO) AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(498.300)	1.343.387
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELIO BERNARDINO HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Delio Bernardino Holding S.A. (“Delio” ou “Companhia”) é uma holding de instituições não financeiras constituída em 22 de janeiro de 2019 com sede na Rodovia BR-122, S/N, Algodões, Janaúba - MG, tendo como objetivo social a geração de energia elétrica. Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, holding de instituições não financeiras e locação de equipamentos.

A companhia está em fase pré-operacional e a data prevista para o início das operações comerciais do Projeto Janaúba (Central Geradora Fotovoltaica) é dezembro de 2026.

1.1. Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Delio Bernardino Holding S.A. e de suas controladas:

Controladas	Participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Delio Geradora de Energia 1 - “Delio 1”	100%	100%
Delio Geradora de Energia 2 - “Delio 2”	100%	100%

As entidades controladas têm como principal objeto social as atividades mencionadas no contexto operacional da nota explicativa nº 1.

2. RESUMO PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.2. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e a taxa de câmbio vigente nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras, no resultado.

2.5. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado").

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui:

- i) Poder e influência sobre uma investida.
- ii) Exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida.
- iii) Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas financeiras decorrentes de transações efetuadas entre as Sociedades.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia.

ii) Perda do controle

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Há o desreconhecimento de qualquer participação de não controladores registrado no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados entre empresas controladas pela Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são anualmente analisados pela administração para se identificar evidências de eventual perda no valor de realização. Se necessário, uma provisão para perda é reconhecida. Da mesma forma, se a perda eventual for revertida a provisão é reduzida ou eliminada.

2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

O valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado é revisado anualmente ou em decorrência de eventos e circunstâncias ou mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que representem indicadores de perda de valor. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Delio mantém com as empresas ligadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Delio tem uma obrigação presente, formalizada ou não, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme a IFRS 9/CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Sob o IFRS 9/CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
 - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
 - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, conforme facultado pela legislação tributária, são calculados e registrados com base no lucro presumido, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

A base de presunção para o lucro possui a alíquota de 32%, sobre a receita bruta e de 100% das receitas financeiras. Para a base de cálculo apurada se aplicam as alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% para montante da receita tributável que exceder o valor de R\$ 60.000 no trimestre, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não está inserida no contexto da não cumulatividade na apuração do PIS e COFINS.

2.13. Despesas

As despesas são reconhecidas quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência.

2.14. Novas normas e interpretações

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

A Companhia avaliou as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e não identificou impactos materiais:

Pronunciamento	Descrição
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contrato de seguros
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis.

<u>Normas e interpretações</u>	<u>Descrição</u>	<u>Data Efetiva</u>
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Passivo não circulante com covenants Acordos de Financiamento de	01/01/2024
CPC 40 (Alterações à IAS 7 e à IFRS 7)	Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 (Alterações à IFRS 16)	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".	01/01/2024
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	A definir

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	1.010	502.556
Aplicações financeiras	845.077	841.831
	<u>846.087</u>	<u>1.344.387</u>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicação financeiras diárias com resgate automático do saldo na conta corrente. A remuneração média é de 100% do CDI (Certificado de Depósito interbancário) em 31 de dezembro de 2023 e 2022, sem o risco de mudança significativa do valor e de liquidez imediata.

4. PARTES RELACIONADAS

Contas a receber com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Delio Geradora de Energia 1	2.205	-
Delio Geradora de Energia 2	2.206	-
	<u>4.411</u>	<u>-</u>

Ao longo de 2023, a companhia efetuou alguns pagamentos por conta e ordem para empresa pré-operacionais do grupo. Os pagamentos não possuem um acordo entre as partes, dessa forma, ainda não há uma previsão de quando os valores serão reembolsados pela Delio.

Empréstimos estrangeiros

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ATKL Brasiliana K/S	475.592	456.471
NMF Brazil K/S	438.970	420.988
PDLP Brasilien K/S	475.592	456.471
	<u>1.390.154</u>	<u>1.333.930</u>

A Companhia possui empréstimos com as entidades acima, obtidos em 06/10/2022, cujo valor deverá ser atualizado periodicamente (juros está atrelado ao índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e deverá ser calculado sobre o valor principal) com prazo de vencimento em 5 de outubro de 2027. O período de juros compreende um período de 12 meses, no final de cada período de juros, os juros acumulados serão adicionados ao valor principal e iniciado um novo período de juros.

A movimentação dos empréstimos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	1.333.930	-
Novos empréstimos	-	1.313.068
Juros incorridos	56.224	20.862
Saldo final	<u>1.390.154</u>	<u>1.333.930</u>

Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Nena Bernardino	109.132	109.132	109.132	109.132
Bosford Participações	139.133	139.133	149.094	144.682
	<u>248.265</u>	<u>248.265</u>	<u>258.226</u>	<u>253.814</u>

As Sociedades do mesmo grupo efetuaram alguns pagamentos em nome da Delio. As datas dos pagamentos não foram acordadas entre as partes, dessa forma, ainda não há uma previsão de quando os valores serão reembolsados para a Nena Bernardino e Bosford Participações e não há incidência de juros.

Remuneração da administração

A sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho a seus administradores.

Não houve gastos com remuneração dos administradores da sociedade em 2023 e 2022.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
IRRF pago a maior/indevido (a)	<u>1.369</u>	<u>931</u>
	<u><u>1.369</u></u>	<u><u>931</u></u>

(a) Valor refere-se a saldos de IRRF retidos sobre rendimentos de aplicação financeira não utilizados ou utilizados parcialmente para compensar os impostos do trimestre. Os valores são referentes aos seguintes períodos: 4º trimestre de 2022 e 1º trimestre de 2023.

6. PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

Movimentação dos investimentos:

	31/12/2022	Equivalência patrimonial	31/12/2023
	Delio Geradora de Energia 1	(3.198)	(2.206)
Delio Geradora de Energia 2	<u>(2.351)</u>	<u>(2.206)</u>	<u>(4.557)</u>
	<u><u>(5.549)</u></u>	<u><u>(4.412)</u></u>	<u><u>(9.961)</u></u>

	31/12/2021	Equivalência patrimonial	31/12/2022
	Delio Geradora de Energia 1	-	(3.198)
Delio Geradora de Energia 2	-	<u>(2.351)</u>	<u>(2.351)</u>
	-	<u><u>(5.549)</u></u>	<u><u>(5.549)</u></u>

Principais informações financeiras das controladas:

Empresa	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado
Delio Geradora de Energia 1	100%	-	-	(9.961)	(2.206)
Delio Geradora de Energia 2	100%	-	-	(9.961)	(2.206)

7. IMOBILIZADO

A Companhia está em fase de preparação do terreno que será utilizado para a reforma dos parques geradores de energia. Até o momento, a empresa não obteve os alvarás da ANEEL para iniciar o desenvolvimento do projeto.

	Controladora e Consolidado
	<u>Imobilizado em andamento</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	243.900
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>243.900</u>
Aquisições	<u>176.287</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>420.187</u></u>

8. CONTAS A PAGAR

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a pagar (*)	76.768	-
	<u>76.768</u>	<u>-</u>

(*) refere-se a serviços de mão de obra, serviços contábeis, serviços com consultorias e auditoria.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda retido a recolher	812	-
Contribuições retidas a recolher	322	322
CSLL a recolher	2.226	2.311
IRPJ a recolher	906	-
	<u>4.266</u>	<u>2.633</u>

10. CAPITAL SOCIAL

O Capital social em 31 dezembro de 2023 é de 2022 é de R\$ 1.000,00 compostas por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominais subscritas e totalmente integralizadas.

31 dezembro de 2023 e de 2022 a companhia possui um saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 14.811,00.

11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de contabilidade e auditoria	(127.378)	-	(127.378)	-
Serviços de certificação	(639)	-	(639)	-
Serviços advocacia	(52.429)	-	(52.429)	-
Serviços de traduções/revisões	(260)	-	(260)	-
Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	(249.702)	(427)	(249.702)	(427)
Despesas tributárias	(1.455)	(1.359)	(4.615)	(5.270)
Comunicação	(190)	-	(190)	-
Despesas Gerais	(30.552)	-	(30.552)	-
Despesas não dedutíveis	(12.814)	-	(12.814)	-
Total	(475.419)	(1.786)	(478.579)	(5.697)

12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	96.577	25.675	96.577	25.675
Rendimento de aplicações financeiras não realizados	35.273	9.666	35.273	9.666
Descontos obtidos	2	-	2	-
Total receitas financeiras	131.852	35.341	131.852	35.341
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(28.747)	(240)	(29.999)	(1.878)
Juros e multas	(72)	(412)	(72)	(412)
Juros empréstimos	(56.224)	(20.862)	(56.224)	(20.862)
Total despesas financeiras	(85.043)	(21.514)	(86.295)	(23.512)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de receitas financeiras.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
IRPJ:		
Receitas financeiras	96.579	25.675
Base de cálculo/presunção – 100%	96.579	25.675
Imposto de Renda (15%)	14.487	3.851
CSLL:		
Receitas financeiras	96.579	25.675
Base de cálculo/presunção	96.579	25.675
CSLL (9%)	8.692	2.311
Total da despesa com IRPJ e CSLL	23.179	6.162

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são representados, em 31 de dezembro de 2023, pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber com partes relacionadas, mútuos/empréstimos com partes relacionadas, contas a pagar, e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado dado o curto prazo dessas operações.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Delio não possui nenhum instrumento financeiro, ativo ou passivo, complexo que requeira o uso de modelos para a definição de seu valor.

15. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de agosto de 2024.